

ProLEEI: POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

*ProLEEI: PUBLIC POLICY FOR EARLY CHILDHOOD
EDUCATION TEACHER TRAINING*

Mônica Correia Baptista

Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3951926269873970>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6645-0114>

E-mail: monicacb.ufmg@gmail.com.

Laís Caroline Andrade Bitencourt

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0891096322097747>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8862-1490>

E-mail: laiscarolineabit@gmail.com

Ana Carolina Silva Correia

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (POSling) do Centro Federal de

Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9435796076550437>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2153-7547>

E-mail: cefetanacarolina@gmail.com

Bárbara Poliana Rodrigues Torres Versieux

Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0290656305354075>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8909-5953>

E-mail: barbaratorresversieux@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI, atualmente integrado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA. O Programa constitui uma política pública nacional voltada à formação continuada de professoras da Educação Infantil, com ênfase na melhoria das práticas de oralidade, leitura e escrita desenvolvidas junto às crianças desde bebês. Implementado pelo Ministério da Educação em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior, Estados e Redes Municipais de Ensino, o ProLEEI/CNCA busca fortalecer concepções de infância, docência e linguagem, articulando teoria, prática e repertórios culturais. Este artigo apresenta os fundamentos, objetivos, organização e diretrizes do Programa, destacando sua relevância para a qualificação das práticas pedagógicas na primeira infância e para a consolidação de uma política nacional de formação docente para esta etapa educativa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação de Professoras. Leitura e Escrita. Política Pública.

Abstract: This paper aims to present the Reading and Writing in Early Childhood Education Program - ProLEEI, currently integrated into the National Commitment to Literate Children - CNCA. The Program constitutes a national public policy focused on the continuous professional development of Early Childhood Education teachers, with an emphasis on improving oral language, reading, and writing practices carried out with children from infancy onward. Implemented by the Ministry of Education in partnership with Federal Higher Education Institutions, State Departments, and Municipal School Networks, ProLEEI/CNCA seeks to strengthen conceptions of childhood, teaching, and language by articulating theory, practice, and cultural repertoires. This article presents the Program's foundations, objectives, structure, and guidelines, highlighting its relevance for enhancing pedagogical practices in early childhood and for consolidating a national teacher-training policy for this educational stage.

Keywords: Early Childhood Education. Teacher Training. Reading and Writing. Public Policy.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI, instituído pela Portaria MEC nº 85/2025 (Brasil, 2025), no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA como ação estruturante para o desenvolvimento profissional docente. Trata-se de uma política pública que reconhece a complexidade da docência com crianças pequenas e a importância de práticas pedagógicas fundamentadas em concepções contemporâneas de criança, infância, Educação Infantil, linguagem e cultura. O Programa estabelece uma política nacional voltada à formação continuada de professoras da Educação Infantil, com ênfase na melhoria da qualidade das práticas pedagógicas relacionadas à oralidade, à leitura e à escrita.

A formação continuada de professores constitui um campo estratégico para o aprimoramento de práticas pedagógicas e para a valorização da docência como exercício crítico, reflexivo e sensível. Em um contexto marcado por tensões sociopolíticas, condições materiais e de infraestrutura ainda incipientes, carreiras profissionais pouco atrativas e formação inicial que não contempla de forma satisfatória as especificidades do trabalho com as crianças (Baptista; Barreto, 2019), a formação continuada emerge não apenas como espaço de estudo e aprofundamento teórico-prático, mas também como território de escuta, de elaboração coletiva das práticas educativas.

Essa perspectiva contribui para uma concepção de formação que reconhece a professora como sujeito capaz de organizar seu repertório, interpretar os desafios do cotidiano e produzir soluções criativas e responsivas em prol do bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem das crianças, tal como assinalam Baptista *et al.* (2025):

um profissional criativo e reflexivo, capaz de participar ativamente da construção de sua própria prática. A reflexão é condição indispensável para o exercício autônomo e competente do professor, como um profissional crítico capaz de refletir sobre estratégias metodológicas utilizadas e descobrir teorias implícitas que fundamentam sua ação como educador (p. 64).

Neste sentido, a proposta formativa do ProLEEI consolida-se como um instrumento de posicionamento político comprometido com a construção de uma Educação Infantil de qualidade e socialmente referenciada. Ao conceber a professora como um sujeito autônomo, reflexivo, criativo e pesquisador, que reflete conjuntamente sobre a teoria e a prática a partir dos pressupostos do programa, o ProLEEI oferece um arcabouço potente para articular ciência, arte e vida. Assim, ainda que surja como resposta às fragilidades históricas da formação inicial, o Programa se afirma como marco político indispensável para a consolidação da identidade docente na Educação Infantil.

O ProLEEI/CNCA é um Programa alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009) e à Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), que reafirma a concepção de criança como sujeito de direitos e participante ativa dos processos de aprendizagem. Reforça ainda a indissociabilidade entre as ações de educar e cuidar, a centralidade das experiências culturais e a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem a ludicidade, a democracia e a diversidade.

A proposta formativa, como dito, ancorada na tríade ciência, arte e vida, busca reconhecer e potencializar os saberes das profissionais, valorizando suas trajetórias, memórias e experiências culturais como dimensões constitutivas da identidade docente. Refletir sobre uma proposta de formação continuada requer reconhecer que os processos formativos não se iniciam na graduação, mas se constituem ao longo de trajetórias pessoais e profissionais marcadas por experiências múltiplas e temporalidades diversas. Parte-se do pressuposto de que inúmeros saberes e aprendizagens foram mobilizados anteriormente, compondo repertórios que dialogam com as metodologias e conteúdos propostos. Para além da escolarização formal, há um conjunto de experiências também formativas advindas de múltiplos contextos da vida cotidiana, que se entrelaçam e dialogam continuamente, constituindo as identidades docentes.

Considerando essa perspectiva abrangente sobre a constituição da formação docente, este artigo apresenta o ProLEEI/CNCA, discutindo seus fundamentos, objetivos, organização e diretrizes,

destacando sua relevância para a qualificação das práticas pedagógicas na primeira infância e para a consolidação de uma política nacional de formação docente comprometida com a democratização do acesso à cultura.

Metodologia

A trajetória do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil remonta ao ano de 2014, quando a equipe de professoras vinculadas ao Grupo de Pesquisa Leitura e Escrita na Primeira Infância – LEPI da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG, inicia a coordenação da elaboração de uma proposta formativa voltada à qualificação do trabalho pedagógico com a linguagem oral, a leitura e a escrita na Educação Infantil, a partir de um projeto financiado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC.

Entre 2014 e 2016, realizaram-se duas pesquisas, sendo uma delas sobre práticas de leitura e escrita na Educação Infantil e a segunda sobre a produção acadêmica em torno dessa temática. Além dos estudos, promoveram-se inúmeras reuniões técnicas com especialistas brasileiros e estrangeiros e cinco seminário temáticos. Este movimento resultou na proposta de um curso presencial, de formação continuada destinado a professoras de creches e pré-escolas públicas e conveniadas, com material didático próprio. Esse material é composto por oito cadernos temáticos e um encarte, constituindo a Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil (Brasil, 2016).

Os textos da Coleção, de autoria de especialistas nacionais e internacionais, dialogam com diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre linguagem, infância, educação infantil e trabalho docente com bebês e crianças pequenas¹.

O conteúdo dos cadernos, organizado em três unidades cada, pode ser apresentado sinteticamente da seguinte forma:

- Caderno 0 – apresenta o curso, seus objetivos, organização e pressupostos, convidando as professoras a participarem do processo formativo.
- Caderno 1 – aborda a docência na Educação Infantil, a formação cultural das professoras e o papel da leitura literária na constituição das experiências infantis.
- Caderno 2 – focaliza as crianças, discutindo seus direitos, a centralidade da linguagem e os processos de desenvolvimento e apropriação da cultura.
- Caderno 3 – aborda as interações das crianças com a oralidade, a leitura e a escrita, discutindo concepções, práticas e processos de inserção na cultura escrita.
- Caderno 4 – dedica-se aos bebês, abordando sua participação na cultura escrita e o papel da docência na constituição do sujeito leitor desde os primeiros meses de vida.
- Caderno 5 – aprofunda as práticas de leitura na Educação Infantil, discutindo seus fundamentos, sentidos e implicações para o trabalho pedagógico.
- Caderno 6 – aborda o currículo, a documentação pedagógica e os processos de avaliação na Educação Infantil, articulando concepções e práticas.
- Caderno 7 – analisa as políticas públicas de acesso ao livro, a seleção e organização de acervos e as mediações que favorecem a formação de leitores.
- Caderno 8 – aborda a relação entre instituição de Educação Infantil e famílias, discutindo formas de participação, desafios e possibilidades para a formação leitora das crianças.

Encarte complementar – dirige-se às famílias, oferecendo orientações e sugestões para ampliar, no cotidiano, as experiências de leitura literária das crianças.

Entre 2016 e 2022, a proposta formativa Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI foi ofertada em diferentes municípios brasileiros. A primeira edição ocorreu por ocasião do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC da Pré-escola, entre os anos de 2017 e 2018. A segunda edição formou presencialmente 90 profissionais da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, entre os anos de 2018 e 2019. A terceira abrangeu à distância 500 profissionais das Redes Municipais de Educação de quatro municípios de Minas Gerais: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Matias Barbosa, entre os anos de 2021 e 2022. A quarta edição atendeu simultaneamente as redes de ensino de Contagem/MG, Juiz de Fora/MG e Matias Barbosa/MG. A quinta edição atendeu a três municípios da Chapada Diamantina na Bahia: Mucugê, Boquirá e Boninal. Em

2024, o LEEI foi assumido como política governamental, recebendo apoio financeiro e técnico do Ministério da Educação. Nessa edição, cinco Universidades Federais assumiram a coordenação regional do Programa e o mesmo foi ofertado em grande parte do país. Em 2025, a Portaria MEC nº 85/2025 (Brasil, 2025) consolidou o LEEI como política pública de âmbito nacional, definindo eixos de atuação, instâncias de governança e diretrizes para a efetivação do regime de colaboração no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A partir da homologação da portaria (Brasil, 2025), o Programa passou a ser identificado como ProLEEI - Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil.

A edição 2025/2026, ainda em curso, ampliou o número de Universidades Federais responsáveis pela coordenação do ProLEEI/CNCA. Não mais apenas as cinco como na oferta de 2024, mas 28 Universidades de todo o território brasileiro responsáveis pelos respectivos estados que aderiram ao Programa.

A estrutura organizacional do ProLEEI/CNCA é complexa e envolve diferentes instâncias articuladas. A coordenação nacional é exercida pelas professoras Mônica Correia Baptista - UFMG e Maria Fernanda Nunes - UNIRIO, ambas integrantes da equipe que concebeu o curso e elaborou o material didático em 2014. A equipe inclui ainda assessora pedagógica, assessora de avaliação e monitoramento, formadoras estaduais e formadoras municipais. A dinâmica formativa ocorre em três níveis: a coordenação da Universidade capacita as formadoras estaduais que, por sua vez, conduzem os processos formativos junto às formadoras municipais e, finalmente, as formadoras municipais medeiam a formação das professoras cursistas. Essa estrutura é apoiada pela Rede Nacional de Articulação da Gestão, Formação e Mobilização - RENALFA, cuja atuação é fundamental para a execução do programa. As articuladoras municipais, regionais e estaduais ajudam no levantamento da demanda junto aos municípios, realizam na busca ativa de cursistas para evitar evasão, auxiliam na comunicação com as cursistas, na organização dos espaços, apoiam a logística e medeiam demandas entre municípios e universidades.

A formação das cursistas é organizada em seis módulos, com carga horária total de 126 horas, distribuídas entre atividades presenciais e remotas. Já as formadoras vivenciam 255 horas de formação, incluindo estudos, planejamento, reuniões, elaboração de relatórios e acompanhamento das turmas. As atividades remotas são realizadas na plataforma AVAMEC Interativo, que reúne textos, vídeos, fóruns, exercícios reflexivos, oficinas e tertúlias literárias.

A trajetória do ProLEEI evidencia um movimento contínuo de qualificação, expansão e institucionalização da formação docente na Educação Infantil. Do projeto inicial concebido em 2014 às sucessivas edições ofertadas em diferentes municípios brasileiros, o Programa consolidou uma proposta formativa robusta, sustentada por pesquisa, produção teórica, elaboração de materiais didáticos e articulação interinstitucional. Sua incorporação ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a ampliação da participação das Universidades Federais reforçam seu caráter estratégico na construção de uma política pública nacional de formação continuada. A complexa estrutura organizacional, que integra coordenação acadêmica, instâncias de gestão, equipes de formação e redes de articulação territorial, demonstra a maturidade alcançada pelo Programa e sua capacidade de mobilizar diferentes atores em torno de um projeto comum. Assim, o ProLEEI se afirma como uma política de Estado que, ao longo de mais de uma década, vem contribuindo decisivamente para fortalecer a docência na Educação Infantil e para promover práticas de linguagem que reconhecem as crianças como sujeitos culturais desde o nascimento.

A política em movimento: desafios e potências do ProLEEI/CNCA

A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - ProLEEI revela uma política pública em movimento, marcada por tensões estruturais, desafios históricos da formação docente e potências que emergem da experiência coletiva das professoras. As avaliações das edições evidenciam que o Programa se constitui como uma política que não apenas oferta formação, mas desloca concepções, reorganiza práticas e produz sentidos sobre a docência na Educação Infantil, articulando dimensões éticas, estéticas e políticas.

O ProLEEI opera em um cenário nacional marcado por fragilidades históricas da formação

inicial no campo da Educação Infantil, por condições materiais ainda precárias em diversas instituições escolares, por ausência de políticas de formação continuada para as professoras e demais profissionais que atuam nas instituições educativas, bem como por ausência de condições reais para a realização de formações em serviço. Como afirmam Baptista et al. (2023), “foram escassas as experiências de formação destinadas à EI de alcance nacional”, o que evidencia a lacuna que o ProLEEI busca preencher.

Ao longo de sua história, a Educação Infantil não foi contemplada por políticas robustas de formação continuada, o que gera resistência, desconhecimento ou dificuldade de engajamento por parte das professoras. Essa ausência histórica faz com que o ProLEEI precise, ao mesmo tempo, formar e criar condições culturais para que a formação seja compreendida como direito resguardado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), ou seja, como parte de sua profissão. Há tendência de as professoras interpretarem o curso como “algo a mais”, e não como parte da jornada docente e há também insegurança das equipes pedagógicas diante de propostas que envolvem literatura, arte e reflexão crítica (Baptista et al., 2023).

A formação continuada enfrenta obstáculos que não são apenas pedagógicos, mas sociais, econômicos e de gênero. Em publicação que analisava a oferta do curso na edição da Chapada Diamantina, as autoras destacam que a baixa adesão às atividades assíncronas estava relacionada a “dupla ou tripla jornada de trabalho das participantes, em sua maioria mulheres, que acumulam atividades profissionais e familiares” (Baptista et al., 2023). A política, portanto, se move em um contexto de desigualdades que atravessam a vida das professoras e impactam sua permanência e qualidade na formação.

Essa dimensão estrutural é afirmada em análises de outras edições da formação. A crise da profissão docente, a desvalorização social do magistério e a burocratização do trabalho são apontadas como elementos que tensionam qualquer política de formação. Como sintetiza Vieira e Baptista (2023, p. 142), “a realidade nos mostra que estamos diante de muitos desafios para a valorização profissional da área”, o que afeta diretamente a capacidade de engajamento das professoras em programas de formação. As ofertas da formação têm atuado em meio a essas e outras tensões, sem ignorá-las, mas buscando construir caminhos possíveis dentro delas.

As análises das edições do Programa evidenciam que “muitas professoras não tiveram oportunidade de estudar na graduação fundamentos teóricos e práticos acerca do trabalho com a primeira infância nas escolas” (Baptista et al., 2023). Essa lacuna formativa faz com que muitas docentes cheguem ao curso com concepções centradas na preparação da criança para acesso ao Ensino Fundamental, na antecipação da alfabetização ou em práticas pedagógicas descontextualizadas.

A formação inicial, portanto, constitui um dos principais desafios para a consolidação de uma pedagogia da infância que reconheça e respeite os bebês e as crianças pequenas como sujeitos culturais. Ainda hoje, os cursos de pedagogia ou licenciaturas plenas ainda dedicam pouco espaço para discussão sobre a docência na Educação Infantil, oferecendo instrumentos teóricos e metodológicos insuficientes para que a professora compreenda com profundidade as dimensões da linguagem, das interações, da brincadeira, da cultura infantil, da mediação, da intencionalidade e da observação pedagógica.

Essa carência compromete a capacidade docente de realizar uma observação interpretativa e de propor situações significativas, resultando na baixa autonomia pedagógica e na reprodução de modelos escolarizantes. Sem uma base sólida que sustente a lógica de ampliação das experiências das crianças, a prática cotidiana acaba por sucumbir à pressão por treinos motores e cópias sem sentido, distanciando-se do compromisso de assegurar o direito da criança de habitar as culturas do escrito de forma sensível, autoral e com significado.

Tal concepção obscurece a centralidade das interações, da brincadeira e da mediação cultural como núcleos da ação pedagógica no trabalho com crianças. Além disso, a pressão pela antecipação de conteúdos ancora-se na expectativa social de que a Educação Infantil funcione como etapa preparatória para o Ensino Fundamental, tomando-o como parâmetro de legitimidade. Esse processo produz um efeito de subordinação pedagógica e simbólica, em que o valor do trabalho docente é medido pela aproximação com práticas escolarizantes, e não pela especificidade do trabalho com bebês e crianças pequenas.

Apesar dos desafios, o ProLEEI/CNCA tem demonstrado produzir deslocamentos

significativos na compreensão das professoras sobre leitura, escrita, oralidade e infância. No estudo da Chapada Diamantina, as autoras mostram que as cursistas passaram a compreender a leitura como “processo de construção de sentidos sobre si, o outro, o mundo” (Baptista et al., 2023, p. 6), deslocando a visão restrita da leitura como decodificação. Esse movimento é político porque redefine o papel da Educação Infantil: não como preparação para o Ensino Fundamental, mas como espaço de experiências culturais e linguísticas.

Temos também registros de como a formação provoca mudanças concretas nas práticas pedagógicas. As professoras relatam reorganização das rotinas, criação de cantos de leitura e maior atenção às interações verbais das crianças. Uma cursista sintetiza esse deslocamento ao afirmar que o papel da EI é “experimentar onde e como a escrita está no mundo [...] sair do lugar da resposta e aprofundar no das perguntas” (Baptista et al., 2023, p. 6). Essa afirmação traduz a potência da política no papel de formar professoras que compreendam a linguagem como prática social e não como treino escolar.

A criação dos cantos de leitura e a ressignificação da literatura, oportunizadas pelas discussões que permeiam a formação como um todo, mas especialmente pelas oficinas literárias, propiciam uma análise minuciosa do objeto livro. Abre-se espaço para discutir sua elaboração nos mais variados aspectos, perpassando o projeto gráfico e a qualidade dos textos verbal e imagético, prezando pela bibliodiversidade e pela densidade estética das obras. Esse cuidado justifica-se por entender o livro como um objeto cultural gerador de sentidos. Sob essa ótica, a literatura infantil consolida-se como um espaço de interação e mediação, onde bebês, crianças bem pequenas e adultos compartilham vivências profundas, assegurando o direito à cultura e respeitando as especificidades da primeiríssima infância.

Essa potência aparece na dimensão estética e sensível da formação. As tertúlias literárias, são também exemplos de experiência marcantes, sendo descritas como momentos de “choros, risos, vivências, olhos d’água marejados”, revelando que a política produz experiências formativas que tocam a subjetividade docente. Uma formadora afirma: “Poder ler literatura me fez refletir sobre meu papel enquanto docente: se quisermos formar leitores literários, precisamos ser também leitores de literatura” (Lídia Viana, 2024) (Bitencourt et al., 2026, p. 23). Aqui, a política se move ao reconfigurar identidades docentes, não apenas práticas.

O espaço da Tertúlia coloca-se como possibilidade de abertura ao diálogo, no qual as professoras leem obras previamente escolhidas e, posteriormente, podem compartilhar suas percepções sobre a leitura. Visando a formação de uma comunidade de leitoras, os encontros oportunizam a troca de vivências, sentidos e emoções. Essa dinâmica contribui significativamente para a reconfiguração docente, ampliando a visão dessas profissionais sobre si mesmas e sobre mundo.

Uma professora relata que sua identidade docente começou “em volta do fogão à lenha ouvindo os casos escolares” das tias que lecionavam no interior (Cibele Mendes, 2024) (Bitencourt et al., 2026, p. 18). Ao incorporar essas memórias, o Programa reconhece que a política se move não apenas no presente, mas também nas histórias que antecedem a profissionalização.

O ProLEEI/CNCA se mostra potente porque não oferece protocolos, mas provoca reflexão, autoria e invenção pedagógica. Nessa perspectiva, a formação não busca transmitir modelos prontos de atuação, mas apoiar a professora na construção de estratégias próprias. Essa postura é política porque rompe com modelos prescritivos e reconhece a docência como prática inventiva. A política se move, portanto, na direção de fortalecer a autonomia docente e valorizar a Educação Infantil como campo de conhecimento.

A análise das edições do ProLEEI/CNCA revela ainda que, mesmo inserido em um cenário marcado por fragilidades históricas da formação inicial, desigualdades de gênero, precarização das condições de trabalho e pressões escolarizantes, o Programa tem conseguido produzir deslocamentos significativos na compreensão das professoras sobre a linguagem, a infância e a docência. Ao promover experiências estéticas, literárias e reflexivas, o ProLEEI tensiona concepções arraigadas, amplia repertórios e fortalece a autonomia pedagógica, permitindo que as professoras reconheçam a leitura, a escrita e a oralidade como práticas culturais e não como treinamentos escolares. As mudanças observadas, reorganização das rotinas, criação de cantos de leitura, maior atenção às interações verbais e ressignificação da literatura, evidenciam que a política atua na

dimensão prática, mas também na subjetiva, reconfigurando identidades docentes e produzindo sentidos sobre o papel da Educação Infantil.

Ao valorizar a literatura, a arte, a reflexão crítica e a autoria pedagógica, o Programa rompe com modelos prescritivos e reafirma a docência como prática inventiva, situada e sensível. A potência das tertúlias literárias, das oficinas, dos estudos coletivos e das narrativas das professoras mostra que a política se move no encontro entre ciência, cultura e vida, produzindo experiências que tocam a dimensão ética e estética da docência. Assim, o ProLEEI consolida-se como um marco na construção de uma pedagogia da infância comprometida com o direito das crianças à cultura escrita e com a valorização da Educação Infantil como campo de conhecimento, reafirmando que formar professoras é também formar mundos possíveis.

Considerações finais

Ao longo deste artigo buscamos demonstrar que o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - ProLEEI se constitui como um espaço formativo que ultrapassa a dimensão técnica da docência e se enraíza nas relações, nas práticas e nas vivências compartilhadas entre professoras, bebês e crianças pequenas. Os registros produzidos evidenciam que o Programa não opera apenas como dispositivo institucional, mas como território simbólico e político no qual se elaboram modos de ser professora, sustentados por compromissos éticos, estéticos e políticos que atravessam a Educação Infantil.

Nesse percurso, a formação convoca as docentes a assumirem uma prática implicada, que reconhece o cuidado como trabalho e como princípio educativo. O encontro com as crianças, as reflexões sobre a ação pedagógica e o exercício de revisitar a própria identidade profissional deslocam o foco da técnica para a escuta sensível, para a atenção às experiências coletivas e para a compreensão da infância como espaço de produção de cultura. Assim, o ProLEEI/CNCA se afirma como lugar de autoria, no qual se reescrevem sentidos da prática docente e se fortalecem as múltiplas dimensões que constituem a docência na primeira infância.

Os relatos das participantes revelam que o curso se tornou campo fértil para a reflexão coletiva e para a reconstrução dos vínculos entre teoria e prática. Ao narrar suas experiências e revisitar suas histórias, as professoras se reconhecem como sujeitos do processo formativo, mobilizando saberes que emergem da prática e que se alimentam da interlocução com o outro. Trata-se de uma formação que se faz com as professoras e entre elas, sustentada pela alteridade e pela potência das relações.

Pensar a formação docente a partir do ProLEEI/CNCA implica reconhecer que ensinar e aprender com crianças pequenas exige presença, sensibilidade e compromisso com a vida que pulsa nos cotidianos das instituições. O curso reafirma a Educação Infantil como território de direitos, de escuta e de cuidado, espaço de encontro entre linguagens, afetos e saberes que fazem da docência uma experiência de mundo. A aposta em formações que se organizam na tríade ciência, arte e vida é, portanto, uma aposta na força do coletivo, na centralidade das relações e na infância como lugar de criação, cultura e humanização.

Em um contexto marcado por disputas acerca do papel da Educação Infantil, da docência na primeira etapa da Educação Básica e da relação entre Educação Infantil e alfabetização, o ProLEEI/CNCA se apresenta como gesto de resistência e de afirmação da prática pedagógica como processo de humanização e pertencimento. A formação continuada promovida pelo Programa articula teoria e prática, valoriza saberes docentes, amplia repertórios culturais e fortalece a identidade profissional das professoras da Educação Infantil.

É possível inferir ainda, a partir das análises realizadas ao longo das edições do ProLEEI/CNCA, que o Programa possui força política para se consolidar como política pública permanente, capaz de instituir uma cultura de formação continuada que reconhece a docência na Educação Infantil como campo de conhecimento e como direito profissional. Ao afirmar que a formação não é um adendo, mas parte constitutiva da profissão, o ProLEEI confronta a lógica histórica de desresponsabilização do Estado e reivindica condições reais para que as professoras possam estudar, refletir e produzir práticas fundamentadas. Essa perspectiva politiza a formação ao reconhecer que

o direito das professoras à qualificação é inseparável do direito das crianças a serem acompanhadas por profissionais que compreendem a complexidade da infância, da linguagem e da cultura. Em outras palavras, o Programa afirma que garantir formação continuada é também garantir o bem-estar, a dignidade e a potência dos sujeitos recém-chegados ao mundo.

Nesse sentido, o ProLEEI/CNCA contribui para deslocar o debate público sobre a Educação Infantil, reafirmando que políticas de formação não são investimentos acessórios, mas pilares estruturantes de uma educação democrática. Ao fortalecer comunidades de aprendizagem, ampliar repertórios culturais e sustentar práticas pedagógicas responsivas, o Programa ajuda a construir um horizonte em que a formação continuada deixa de ser exceção e passa a ser cultura institucional. Essa aposta é profundamente política: reconhece que a criança tem direito a um profissional qualificado e em constante qualificação, capaz de tomar decisões éticas, sensíveis e fundamentadas em prol de seu bem-estar. Assim, o ProLEEI/CNCA se inscreve como política que não apenas forma professoras, mas disputa sentidos de infância, de docência e de Estado, afirmando que cuidar da formação docente é cuidar da própria democracia.

Investir na formação das professoras é, em última instância, reafirmar a centralidade da Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de uma educação democrática, inclusiva e culturalmente rica. O ProLEEI/CNCA, ao fortalecer comunidades de aprendizagem e valorizar trajetórias e repertórios das docentes, contribui para a consolidação de uma política pública que reconhece a infância como lugar de potência e a docência como prática de criação, cultura e humanidade.

Referências

BAPTISTA, Mônica C.; BARRETO, Ângela R. Reflexões sobre a formação de docentes da e para a Educação Infantil. Salvador: **Revista Entreideias**, v. 8, n. 2, p. 157-180, maio/ago, 2019.

BAPTISTA, Mônica C.; BITENCOURT, Laís C. A.; MELO, Ana C. F. B. S.; AMARAL, Mariana P. L. **O Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil: uma experiência de formação continuada em municípios da Chapada Diamantina – Ba (2022-2023)**. In: VI CONBALF: Alfabetização e democracia: direito à leitura e à escrita, 2023.

BAPTISTA, Monica Correia; AMARAL, Mariana Parreira Lara do; PETROVICH, Camila Souza; DRUMOND, Luma Schall. PNLD Literário 2022 e suas concepções de infância, de educação infantil e de formação de professores/as. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO-VELÁZQUEZ, Silvanne (org.). **Educação infantil: diálogos sobre pesquisa, formação, docência e crianças**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2025. p. 41-68.

BITENCOURT, Laís C. A.; BAPTISTA, Mônica C.; MELO, Ana C. F. B. S. Cuidar, escutar, narrar: contribuições e desafios do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – UFMG. **Revista Momento: diálogos em educação**, v. 35, n. 1, p. 15-43, jan./abr., 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/1996**. Brasília: MEC/SEB, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Orientações – ProLEEI/CNCA 2025**. Brasília: MEC/SEB, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 85**, de 31 de janeiro de 2025. BRASIL. Ministério

da Educação. **Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Caderno 1:** Ser docente na educação infantil: entre o ensinar e o aprender. Brasília: MEC/SEB, 2016. 128 p. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil, v. 2). Disponível em: https://lepi.fae.ufmg.br/arquivos/cadernos_colecao/Caderno_1.pdf. Acesso em: 24 jul. 2026.

VIEIRA, Livia F.; BAPTISTA, Mônica C. **Educação Infantil.** São Paulo: Contexto, 2023.

Recebido em 20 maio 2026

Aceito em 10 julho 2026